

Centro: Juridicas

Curso: Direito

Título: ACESSO À JUSTIÇA DA PESSOA IDOSA NO BRASIL: (IN)EFETIVIDADE?

Autores: Rocha, S.M.C.

Email: sheilamarta@ig.com.br

IES: ESTÁCIO FIB

Palavra Chave: acesso a justiça idoso efetividade

Resumo:

O envelhecimento da população brasileira é fato comprovado através dos dados estatísticos do IBGE, coletados pelo Programa Nacional de Amostra por Domicílio (PNAD/2010) apontando que os idosos constituem 11,3%. Saúde, consumo e violência compõem o quadro das demandas judiciais e que reclamam varas especializadas para prover esse atendimento preferencial e urgente. O presente artigo visa discutir a efetividade do acesso à justiça brasileira pela pessoa idosa, na perspectiva do atendimento preferencial e na duração razoável do processo. Quanto tempo é necessário para que a pessoa idosa tenha uma resposta do poder judiciário e que essa resposta seja cumprida. A metodologia utilizada adota abordagem qualitativa baseada em Laurence Bardin e Maria Cecília Minayo, com revisão legislativa partindo da Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, revisão da legislação brasileira, constitucional e infraconstitucional geral, com base no Código de Processo Civil de 1973, do Decreto Federal nº 1948/96 que regulamentou a Lei 8842/94 e da Lei 10.741/03. Este artigo foi dividido em quatro partes: a primeira abordagem sobre o acesso à justiça da pessoa idosa numa perspectiva constitucionalista; a segunda tratará a duração razoável do processo de uma pessoa idosa; a terceira abordagem de cunho processualista; e, na última parte, a temática central desta pesquisa, a (in)efetividade do acesso. A fim de perceber a realidade brasileira, foi realizado um levantamento jurisprudencial das decisões prolatadas entre 2011-2012, no site do STJ, identificando o tempo decorrido entre o início da demanda e o pleito final, bem como a condição preferencial do idoso no Judiciário brasileiro, identificando como o Judiciário executa esse atendimento preferencial. Por fim, a análise dos resultados conduz a uma reflexão sobre a necessidade de implantação de políticas internas nos tribunais para que juízes e servidores possam garantir a duração razoável do processo. A discussão não se esgota nesta pesquisa, que pretende refletir sobre como se pode dar efetividade a uma norma. **Palavras-chave:** Acesso à Justiça; Pessoa idosa; (In)Efetividade. 

